

Imobilismo fatal

César Campos

Em outubro deste ano encerra-se o prazo estabelecido pela nova Constituição Federal para que uma Comissão especial de inquérito conclua uma auditoria detalhada da dívida externa brasileira. Passados sete meses de promulgação da Carta Magna, nós, brasileiros e brasileiras, não fomos ainda informados se os nossos parlamentares cumpriram ou não o dispositivo por eles mesmos aprovado.

Sem dúvida, qualquer notícia sobre a dívida externa brasileira é de grande interesse para toda a nação, principalmente diante do quadro lastimável em que se encontra nossa economia. Maior então é o interesse quando lembramos dos valores envolvidos — bem como da parcela sob suspeita — que não permite no Congresso Nacional se dar o luxo da inércia. Se o Congresso que aprovou a criação da comissão de inquérito não realiza a sua parte, com certeza outras instituições também deixarão de cumprir com as suas obrigações. Exemplo recente foi a Cacex estimar em \$ 6 bilhões anuais o resultado de falcaturas e subfaturamentos, quando cabe à Cacex fiscalizar tais irregularidades e não apenas reconhecê-las publicamente.

Para se ter uma idéia da importância do trabalho de uma comissão desta ordem, vale a pena lembrar a decisão do governo das Filipinas, publicada em *The Economist*, nº 309, em 03/12/88, de processar a empresa americana Westinghouse pelos prejuízos causados ao país com a construção da sua única usina nuclear.

Conforme a matéria de *The Economist*, tal decisão foi tomada a partir da auditoria da dívida externa realizada por uma comissão do Congresso filipino, que constatou uma série de irregularidades na contratação e execução da obra. Entretanto, o governo filipino pretende ir mais longe. Vai processar também os bancos credores que financiaram o projeto e a construção da usina e, aparentemente, conheciam as falhas existentes.

Os resultados da auditoria realizada nas Filipinas servem de alerta ao Congresso brasileiro.

Não se pode perder a oportunidade de uma revisão crítica de nossa dívida externa, que consome não somente divisas, mas também a qualidade de vida dos brasileiros, nosso meio ambiente e, até mesmo, o respeito ao governo e às instituições do país.

No rastro de nossa colossal dívida externa, muitas coisas precisam ser explicadas. Não se trata apenas de uma auditoria contábil, mas de uma investigação política (talvez policial). Através do trabalho da comissão mista de análise da dívida externa, possivelmente muitas alternativas surgiriam pela via do Direito Internacional.

Recentemente, o governo admitiu que a Hidrelétrica de Balbina foi um erro. O que estaria por trás de tal obra? A quem ela favorece? Qual o interesse de seus financiadores? Todas estas perguntas poderiam ser levadas em consideração, e talvez respondidas, numa auditoria da dívida externa.

A usina nuclear de Angra dos Reis, até o momento, só conseguiu gerar preocupações. Os “graves erros” constatados pelo governo filipino em sua usina nuclear encontram um impressionante e assustador paralelismo em nossa usina.

A usina nuclear das Filipinas, com equipamentos Westinghouse, está com sua operação e segurança comprometidas, pois está localizada na base de um vulcão sem atividade, junto de três falhas geológicas, a 90 km da cidade de Manila.

A usina nuclear de Angra dos Reis, com equipamentos Westinghouse, localizada na falha geológica de Dois Irmãos, já conhecida dos índios como Itaorna (pedra podre), a 120 km do RJ, é sempre apontada pela imprensa pelos graves problemas de segurança. A chance de analisar criticamente esta obra é só até outubro/89.

A Constituição do Brasil foi longamente debatida, negociada, estudada, votada e promulgada. Agora, o desafio é para que seja cumprida.

César Campos, administrador, consultor em recursos humanos, é presidente da Cooperativa de Trabalho de Apoio Gerencial Ltda.
— Agecoop